

Movimentos sociais rurais e Estado na Argentina: o conflito agrário e a luta pela terra em 2021

*Rural social movements and the state in Argentina:
agrarian conflict and the struggle for land in 2021*

Andrea Geanina Gómez Herrera

Doutora em Ciências Agropecuárias pela UBA. Professora da UNSE.

Cristian Emmanuel Jara

Doutor em Humanidades pela UNT. Professor da UNSE

Marta Elena Gutierrez

Doutora em Humanidades pela UNT. Professora da UNSE

Resumo: Este artigo apresenta os avanços do projeto de pesquisa internacional "Movimentos socioterritoriais em perspectiva comparativa". O objetivo é analisar como a questão das desigualdades no acesso e controle da terra está incluída nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, investigando as ações dos movimentos sociais rurais e as ações do Estado nesta área na Argentina. A metodologia é baseada em uma sistematização de notícias. Foram adotados critérios que permitem mapear estas ações e uma metodologia foi desenvolvida e comparada com outros países. Nesta ocasião, discutimos os resultados correspondentes a 2021, um ano marcado pela pandemia e por problemas econômicos como endividamento externo, escassez de moeda estrangeira e inflação. A análise dos dados mostra que os movimentos sociais rurais desenvolvem ações relacionadas à posse da terra e à consolidação de seus direitos, seja por meio de protestos ou de ações judiciais. Por outro lado, predominam ações estatais relacionadas ao fortalecimento do sistema produtivo, capacitação e assistência técnica, mas não há evidências de ações voltadas para a reversão das desigualdades na distribuição de terras em favor de camponeses e comunidades indígenas.

Palavras-chave: Estado. Movimentos socioterritoriais. Objetivos de desenvolvimento sustentável.

Abstract: The paper presents the progress of the international research project "Socio-territorial movements in comparative perspective". The objective is to analyze how the issue of inequalities in access to and control of land is included in the Sustainable Development Goals, investigating the actions of rural social movements and the actions of the State in this area in Argentina. The methodology is based on a systematization of news. Criteria were adopted that allow mapping these actions and a methodology was developed and compared with other countries. On this occasion, we discuss the results corresponding to 2021, a year marked by the pandemic and by economic problems such as foreign debt, foreign currency shortages and inflation. The analysis of the data shows that rural social movements develop actions related to land tenure and the consolidation of their rights, either through protests or legal actions. On the other hand, state actions related to strengthening the productive system, training and technical assistance predominate, but there is no evidence of actions aimed at reversing inequalities in land distribution in favour of peasants and indigenous communities.

Keywords: State. Rural social movements. Sustainable development goals.



1 Introdução

O artigo apresenta os avanços do projeto de pesquisa internacional "*Movimentos socioterritoriais em perspectiva comparativa*". O objetivo é analisar como a questão das desigualdades de acesso e controle sobre a terra está inserida nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), investigando tanto as ações dos movimentos socioterritoriais rurais quanto às ações do Estado nesta área na Argentina. Embora o acesso e a posse da terra seja uma demanda histórica dos movimentos camponeses e indígenas na região, ela ganhou maior vigor no contexto atual, dando origem ao que Rubio Vega (2016) chama de um novo ciclo do movimento camponês latino-americano, cujo traço distintivo é a luta pela defesa do território e dos recursos naturais e que resulta das contradições na actual fase de acumulação capitalista.

Os ODS foram acordados por mais de 150 países no âmbito das Nações Unidas, com vistas a 2030. São 17 itens principais na agenda global que incluem aspectos como a redução da desigualdade, o fim da fome, o alcance da segurança alimentar, a promoção da agricultura sustentável, a proteção dos ecossistemas terrestres e o fim da perda da biodiversidade. Assim, a Declaração 70/01 (2015) da Assembleia Geral da ONU intitulada "*Transformando nosso mundo: a Agenda para o Desenvolvimento Sustentável de 2030*" assume a natureza integral e indivisível do desenvolvimento sustentável em suas três dimensões: econômica, social e ambiental.

Além dos 17 ODS, foram acordadas 169 metas, algumas das quais têm uma referência direta à questão da terra. O ponto 1.4 (relacionado ao objetivo de acabar com a pobreza) afirma que o objetivo é garantir que todos os homens e mulheres tenham acesso à propriedade e controle da terra. O ponto 2.3 (relacionado ao objetivo de fome zero) visa duplicar a produtividade agrícola e a renda dos pequenos produtores de alimentos através do acesso seguro e equitativo à terra. Da mesma forma, o ponto 5.a (relacionado à igualdade de gênero) exorta os Estados a empreenderem reformas que deem às mulheres controle sobre a terra. Esta ambiciosa agenda global e multidimensional, embora não livre de

ambiguidades e sem compromissos precisos por não ser um instrumento juridicamente vinculativo (Gil Gómez, 2018), fornece um roteiro para as ações dos governos e responde às necessidades e exigências de muitos movimentos sociais rurais em todos os continentes.

De acordo com o Censo Agrícola Nacional de 2018, ele confirmou a tendência progressiva de eliminação de unidades de produção na Argentina. De fato, foram registradas 250.881 fazendas registradas (com e sem limites definidos), contra 333.533 contadas no Censo Agrícola Nacional de 2002 (Azcuay Ameghino; Fernández, 2021). Em outras palavras, durante um período de 16 anos, mais de 80.000 unidades desapareceram, o que afetou principalmente aqueles com áreas menores de superfície, aprofundando a concentração da terra. Soverna (2021) destaca que no noroeste do país, especificamente em Santiago del Estero, os estratos maiores que 1.000 hectares tiveram um aumento extraordinário na área total de quase 2 milhões de hectares. Esta desigualdade se traduz em diferentes expressões de conflito e resistência das populações rurais que resistem ao despejo ou lutam por um acesso mais equitativo.

Propomos contribuir para um diagnóstico do conflito sobre a terra a fim de compreender as ações dos movimentos sociais rurais e dos Estados em relação às dimensões do direito à terra estabelecidas nas ODS da Organização das Nações Unidas (ONU). Nossa análise é enquadrada por debates teóricos sobre movimentos socioterritoriais (Fernandes, 2020; Halvorsen, Fernandes; Torres, 2019). Estudos de produção espacial e territorial dos movimentos sociais têm Lefebvre (1991) e Santos (1996) como pontos de referência. Sob esta perspectiva, espaço e território são produtores e produtos de relações sociais. Esta visão é baseada em uma ruptura com a concepção absoluta e positivista de território entendido como a superfície do estado.

Neste artigo, entende-se território como uma construção social multidimensional que envolve a espacialização das relações de poder, onde o poder estatal é apenas um deles. O território é um espaço relativo porque está relacionado ao tempo e às tecnologias. Em outras palavras, o território é concebido como um espaço apropriado. Ter meios

apropriados para ter controle, ter poder, exercer soberania. Quando uma relação social tira outra relação social do espaço há uma desterritorialização (Fernandes, 2008).

Sob esse viés, usamos a noção de movimentos socioterritoriais como uma categoria analítica para os movimentos sociais cujo objetivo central é a apropriação do espaço na busca de seu projeto político. A noção de movimentos socioterritoriais surge do cruzamento entre os desenvolvimentos teóricos da sociologia e da geografia para analisar a ação coletiva e suas implicações na produção de espaços e sua transformação em territórios (Fernandes, 2005).

As lutas pela terra-território na Argentina têm uma longa história¹, mas se tornaram mais agudas e adquiriram uma dinâmica específica nas últimas décadas. Paz e Jara (2020) evidenciam a forte presença do campesinato na estrutura agrária argentina, especialmente na região noroeste, o que explicam com base em antigos e renovados processos de resistência e recriação do campesinato na luta pela terra. Nossa pesquisa está construindo um registro atualizado das ações dos movimentos socioterritoriais e das ações do Estado no contexto desses conflitos, que têm múltiplas dimensões e entrelaçadas, envolvendo diferentes atores sociais, com intenções e interesses diferentes.

De nossa perspectiva analítica, o reconhecimento das múltiplas escalas de conflitos de terra nos permitirá examinar as interseções e reestruturações desses conflitos, sem tomar sua localização como certa ou hermética (González, 2005). Portanto, não se trata de escolher uma escala (grande ou pequena), mas de estudar as inter-relações entre fenômenos que agem ou se expressam em escalas diferentes (Cowan Ros, 2016; Jelim, 2003). Em suma, é extremamente importante analisar a dinâmica dos conflitos fundiários e a ação coletiva dos movimentos sociais rurais. Acreditamos que a identificação e a compreensão dessas lutas são fundamentais para o desenvolvimento de propostas de

¹ Uma pesquisa realizada por Bidaseca *et al.* (2013) a nível nacional argentino, identificou um total de 857 situações problemáticas, abrangendo uma área de 9.293.233,80 hectares e afetando 63.843 famílias de agricultores familiares. Este estudo destaca, ao considerar a distribuição por regiões, que no Noroeste concentra o maior número de casos (28,2%), seguida pela Patagônia (21,1%), Nordeste (19,8%), Centro (19,1%) e Cuyo (11,7%).

intervenção destinadas a contribuir para a gestão da terra e para o desenho de um modelo de desenvolvimento mais democrático e sustentável.

2 Metodologia

Este documento adota uma estratégia que combina abordagens quantitativas e qualitativas. Para o levantamento e mapeamento dos conflitos fundiários rurais na Argentina e a análise das ações vinculadas às ODS e os tipos de ações desenvolvidas pelos movimentos sociais rurais, foi construída uma matriz informativa na qual são registrados e sistematizados documentos jornalísticos (crônicas, notícias, editoriais, artigos de opinião). Também foram discutidos relatórios institucionais e boletins informativos, panfletos e outros materiais documentais em formato escrito e audiovisual disponíveis em sites e redes sociais gerenciados por agências de imprensa (públicas e privadas), organizações agrárias e movimentos sociais, órgãos governamentais e organizações não-governamentais referentes a problemas ligados ao acesso, posse, uso e distribuição da terra.

A construção da matriz de dados e do registro é uma atividade colaborativa desenvolvida por uma equipe de pesquisa interdisciplinar de diferentes universidades e institutos na Argentina em coordenação com o Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (NERA), ligado ao Departamento de Geografia da Universidade Estadual Paulista Júlio Mesquita Filho (UNESP). A partir deste espaço, foi desenvolvido o DATALUTA, um banco de dados sobre ocupação do solo, atualizado e publicado anualmente em formato digital.²

A construção do banco de dados sobre conflitos fundiários na Argentina, em 2021, envolveu as seguintes etapas: primeiro, foi criada uma conta Gmail onde alertas sobre um conjunto de palavras-chave (identificadas em estágios exploratórios) foram enviados e carregados pelo Google Alerts³. Inicialmente, foram identificados os nomes de 60

² Para mais informação sobre esta rede de pesquisa DATALUTA, consulta o site: <https://www.fct.unesp.br/#!/pesquisa/dataluta/rede-dataluta/>.

³ Google Alerts: <https://www.google.com/alerts>.

organizações e movimentos sociais na Argentina que trabalham em áreas rurais e com diferentes escalas de projeção (provincial, nacional e internacional). Palavras-chave como apropriação de terras, soberania alimentar, agroecologia e desmatamento também foram incluídas.

Os materiais documentais que chegam na conta do Gmail são selecionados e salvos em formato PDF no Google Drive. Os documentos selecionados serão aqueles cujo conteúdo se refere: a) às ações dos movimentos sociais rurais que podem ser de defesa ou proativas em relação aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS); b) às ações das agências estatais em relação a estes movimentos e sua vinculação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Usando um formulário Google, as informações são registradas para cada documento que chega através dos alertas. As informações coletadas referem-se a: código do documento; data de publicação do documento; data da ação a que se refere; localização geográfica desagregada por localidade, departamento e província (de acordo com os códigos de localização do Instituto Nacional de Estatística e Censo); título e *link* para a notícia; nome, tipo e escopo da fonte; nome do movimento social rural; tipo de movimento; tipo de ação do movimento; assunto da ação em relação aos SDGs; agência estatal e tipo de ação que implementa. Desta forma, podemos mapear e analisar espacialmente as ações utilizando o *software* livre Philcarto e/ou Quantum Gis.

Deve-se observar que as informações coletadas através deste formulário são automaticamente carregadas na matriz de dados. Posteriormente, as informações registradas na matriz são submetidas a um processamento estatístico e cartográfico. Com efeito, estamos produzindo quadros, gráficos e mapas sobre as ações dos movimentos sociais rurais e do Estado em relação às ODS.

Este tipo de análise permite comparar regiões, captar semelhanças e diferenças nas demandas e ações e produzir classificações da heterogeneidade desses atores, assim como compreender os processos de subjetivação política dos atores sociais agrários, os significados das lutas agrárias e estratégias de desterritorialização de seus projetos políticos.

3 Ações dos movimentos sociais rurais em relação à terra

Em 2021, foram registradas 354 notícias sobre ações dos movimentos sociais rurais ligadas ao ODS10 (reduzindo as desigualdades dentro e entre países). Neste artigo, focalizamos a questão da terra, porque a concentração do acesso e controle sobre a terra é uma questão fundamental na matriz das relações desiguais de poder que existe em toda a América Latina desde o período colonial (Julca Gonza *et al.*, 2022).

Em geral, essas ações se referem a questões como demandas de acesso à terra ou resistência a despejos. Acreditamos que a concentração da terra e a desigualdade de acesso à terra é a chave para entender outras questões como moradia e o direito ao trabalho. Isto implica reconhecer que a questão das desigualdades em relação aos direitos à terra também está intimamente relacionada a outras ODS (por exemplo, redução da pobreza e fome zero).

De acordo com a tipologia das ações de movimentos sociais rurais que temos construído e ajustado conforme registramos as notícias, tentamos dar conta do caráter multidimensional e multiescalar das lutas pelo território. Assim, algumas ações têm um caráter mais defensivo nos próprios territórios, outras envolvem reclamações e disputas sobre recursos e espaços no Estado, enquanto um terceiro grupo de ações se refere à implementação de iniciativas de desenvolvimento rural pelas próprias organizações em diferentes áreas (saúde, ambiente, educação, produção, marketing). A tabela 1 mostra a frequência das principais ações ligadas à disputa sobre o acesso e controle de terras por região até 2021.

Embora os movimentos sociais rurais tenham uma presença ativa na luta pela terra na maioria das jurisdições do país, este tipo de ação se concentra na região Noroeste (que inclui Jujuy, Salta, Santiago del Estero, Tucumán, Catamarca e La Rioja), e na Patagônia (que inclui Neuquén, Río Negro, Chubut, Santa Cruz e Usuhaia). A Cidade Autônoma de Buenos Aires, por sua vez, é um cenário onde há uma alta presença de ações devido ao nível de visibilidade e ao fato de ser a sede do governo central. Por exemplo, em 2021 um dos assuntos em pauta foi a exigência

da prorrogação da Lei 26.160, que estabelece o levantamento e reconhecimento de terras habitadas por comunidades indígenas, e a suspensão dos despejos. Assim como a exigência de uma lei de crédito para que os agricultores familiares tenham acesso à propriedade das terras que trabalham (Tierra Viva, 2021).

Tabela 1. Ações dos movimentos em relação à questão da terra por região até 2021

Região	Ações	%
Centro	94	26.6%
Cuyo	-	2.0%
Northeast	-	-
Norte Oeste	106	29.9%
Patagonia	113	31.9%
TOTAL	354	100%

Fonte: Elaborado pelos autores com base em uma pesquisa realizada no âmbito do Projeto Movimentos Socioterritoriais em Perspectiva Comparativa (CAPES-UNESP) e do Projeto PICT/20-00050 (Agência Nacional para a Promoção da Pesquisa na Argentina).

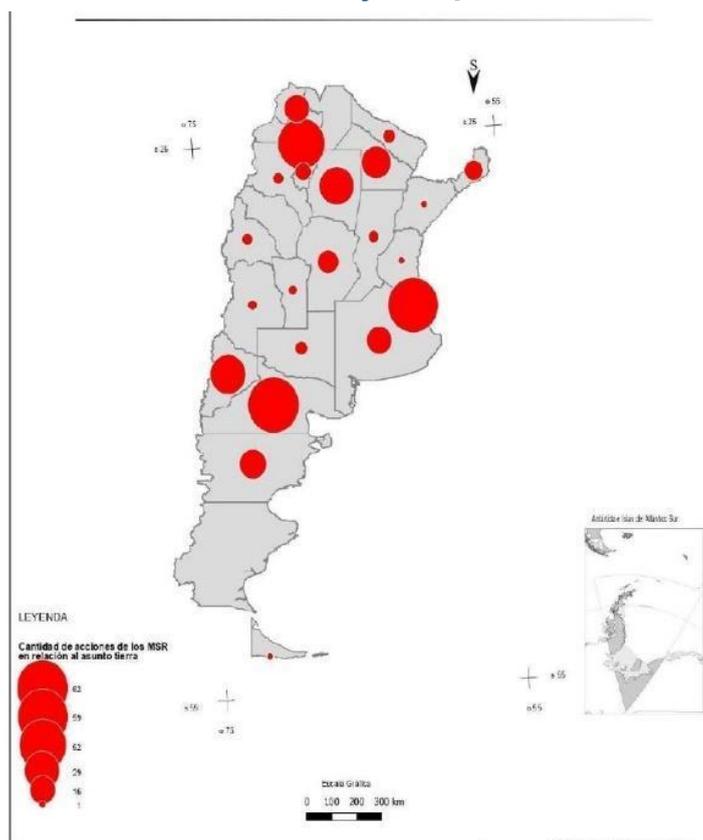
Alguns dos movimentos que lutam pela terra em nível nacional são o Movimento Nacional Camponês (MNC), a Frente Nacional Camponesa (FNC) e o Sindicato dos Trabalhadores da Terra (UTT). Por outro lado, podemos mencionar organizações de âmbito provincial, mas com projeções em outras escalas como MOCASE, *Santiagoños en defensa de la tierra*. Da mesma forma, no Chaco, as ações relacionadas à terra foram registradas pelas comunidades Qom, Mocoví e Wichí. Em Salta: Diaguitas, Guaraní, Wich e Kolla. Na Patagônia, as ações do povo Mapuche foram fundamentais. Nestes casos, a questão da terra se cruza principalmente com as questões da diversidade étnica e o cuidado com os ecossistemas terrestres, habitat e moradia. A luta pela terra continua durante a pandemia e assume diferentes expressões. Assim, na tabela 2 podemos ver como a luta pela terra se cruza com outras questões, tais como as lutas por desigualdades étnicas.

Tabela 2. Referência cruzada do número em relação à questão da terra e à questão da etnia por região

Região	Ações em relação à terra	%	Ações em relação à etnia	%
Centro	94	26.6%	-	17.4%
Cuyo	-	2.0%	-	2.5%
Nea	-	-	-	7.2%
Noa	106	29.9%	70	29.7%
Patagonia	113	31.9%	102	43.2%
Total	354	100%	236	100%

Fonte: Elaborado pelos autores com base em uma pesquisa realizada no âmbito do Projeto Movimentos Socioterritoriais em Perspectiva Comparativa (CAPES-UNESP) e do Projeto PICT/20-00050 (Agência Nacional para a Promoção da Pesquisa na Argentina).

Mapa 1. Ações dos movimentos em relação à questão da terra na Argentina em 2021



Fonte:

Elaborado pelos autores com base na pesquisa realizada no âmbito do Projeto Movimentos socioterritoriais em Perspectiva Comparativa (CAPES-UNESP) e do Projeto PICT/20-00050 (Agência Nacional para a Promoção da Pesquisa na Argentina)

O mapa 1 mostra as ações dos movimentos sociais rurais em relação à questão da terra em 2021 a nível nacional. Com base em nossas discussões teóricas e na análise inicial do conteúdo das notícias,

construímos uma tipologia de ações de movimentos sociais rurais ligadas ao terreno. Primeiramente, identificamos um conjunto de ações ligadas à defesa da terra, que inclui iniciativas *in situ* destinadas a resistir à desapropriação, permanecer na terra e garantir o controle dos bens comuns naturais (florestas, fontes de água, etc.). Inclui ações como a resistência das comunidades rurais a despejos, limpeza de terras, expropriações, o avanço da mineração e de empresas, fechamento de estradas, usurpação de terras, a entrada de pessoas não autorizadas pelos movimentos sociais rurais.

Em segundo lugar, temos ações legislativas: esta categoria inclui a apresentação de projetos de lei, modificação ou extensão de leis em diferentes níveis e escalas de governo. Por exemplo: extensão da lei para impedir despejos de povos indígenas, modificação da lei sobre o manejo de florestas nativas e o projeto de lei sobre mercados de alimentos.

Em terceiro lugar, as ações legais estão ligadas a reclamações e procedimentos legais que são tratados nos tribunais federais e/ou provinciais. Por exemplo: queixas formais contra empresários por usurpação ou despejo, pedidos aos juízes para o reconhecimento de direitos de posse, ações judiciais contra o desmatamento. Da mesma forma, as ações de apreensão de terras referem-se à apropriação de espaços tais como uma estação de três vias, galpões e terras pelos movimentos sociais rurais.

Finalmente, a categoria protesto inclui ações de denúncia, reclamação, discordância, insatisfação, descontentamento, desaprovação. Também estão incluídas manifestações públicas ou dias de luta em apoio a certas demandas ou comemoração de datas. A tabela 3 mostra a distribuição espacial do tipo de ações que construímos.

Neste sentido, podemos ver que tanto na NOA como na Patagônia, prevalecem ações defensivas e protestos, onde as comunidades rurais estão ameaçadas de despejo e resistem à desapropriação de seus territórios, devido ao fato de serem áreas onde o capital avança sobre os bens comuns através da expansão da fronteira agrícola, mineira e florestal. Desta forma, pode-se dizer que estas são regiões de alto conflito no espaço agrário.

Tabela 3. Tipo de ações dos movimentos em relação a questões fundiárias em nível de país e por região na Argentina em 2021

Região	Defesa	Legais	Legislativas	Protestos
Noa	30	-	8	-
Patagonia	-	26	-	55
Centro	-	-	-	-
Nea	-	-	0	18
Cuyo	0	0	1	-
Total do país: 354	91		30	173

Fonte: Elaborado pelos autores com base em uma pesquisa realizada no âmbito do Projeto Movimentos socioterritoriais em Perspectiva Comparativa (CAPES-UNESP) e do Projeto PICT/20-00050 (Agência Nacional para a Promoção da Pesquisa na Argentina).

4 O papel do Estado argentino em relação às exigências dos MSR em relação ao direito à terra

A opção analítica de entender o estado através das ações referenciadas a esta esfera institucional é baseada em várias hipóteses teóricas. Em primeiro lugar, concebemos políticas estatais como expressão das posições do Estado sobre várias situações socialmente problemáticas (Oszlak; O'Donnell, 2011) pelos movimentos sociais rurais. Em segundo lugar, assumimos o Estado como uma arena de disputas onde convergem diversos atores com diferentes visões de mundo e projetos políticos e, portanto, entendemos as políticas estatais como um efeito dessas lutas políticas (Franzé Mundanó, 2013).

Nesta seção do documento, descrevemos as ações tomadas pelas instituições estatais em diferentes níveis (nacional, provincial e local) para atender às demandas dos movimentos sociais rurais em relação às desigualdades de direitos à terra durante o ano de 2021. Para isso, consideramos dois aspectos: a) as instituições estatais que intervieram mais frequentemente no desenvolvimento de ações sobre a terra, como a promoção de fóruns de articulação, reuniões interministeriais ou a

geração de espaços público-privados para a promoção de políticas públicas; e b) os tipos de ações estatais que prevaleceram na abordagem das demandas em torno deste tema e sua orientação a favor ou contra as exigências dos movimentos sociais rurais.

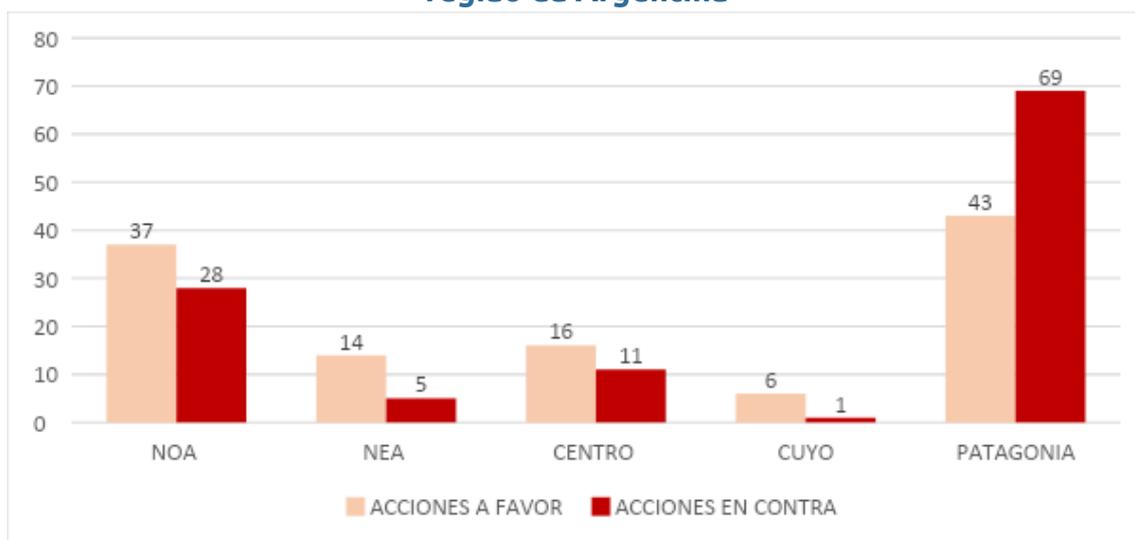
Em termos dos órgãos estatais que intervêm em relação às demandas de "terra" dos movimentos sociais rurais, encontramos uma ampla gama de instituições, desde aquelas que operam em todo o país, até aquelas de natureza provincial, e aquelas que têm jurisdição municipal. Entre aqueles que se destacam em nível nacional estão a Administração de Parques Nacionais (APN), que depende do Ministério do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, a Administração Nacional de Seguridade Social (ANSES), o Ministério do Trabalho, a Comissão Nacional de Alimentação (CONAL), o Instituto Nacional de Assuntos Indígenas (INAI), a Secretaria Nacional de Agricultura Camponesa e Familiar Indígena, o Instituto Nacional de Tecnologia Agrícola (INTA); órgãos que dependem do Ministério Nacional de Agricultura, Pecuária e Pesca.

Também registramos ações implementadas pelo Conselho dos Povos Indígenas (CPI) sob o Ministério da Justiça e Direitos Humanos e a Diretoria de Gênero e Igualdade do Ministério da Agricultura, Pecuária e Pesca. Outro grupo de órgãos envolvidos no desenvolvimento de ações relativas ao tema "Terra" são aqueles com funções legislativas e na administração da justiça em diferentes escalas de ação, como o Congresso Nacional e o Conselho Deliberativo, que intervieram na sanção e extensão de leis que se referem ao reconhecimento e garantias de direitos de terra a diferentes movimentos sociais rurais; bem como a cessão do uso de terras públicas para a produção de alimentos. Por outro lado, também se destaca o papel das Ouvidorias e Procuradorias provinciais na recepção e tratamento das reclamações relativas aos direitos de terra realizadas pelos movimentos e organizações rurais, especialmente as que representam os povos indígenas.

Entre as principais ações realizadas por esses órgãos estatais, prevalecem a assistência financeira, a assistência técnica e as ações destinadas a fornecer infraestrutura e equipamentos, que procuram

garantir o direito à terra através do fortalecimento dos sistemas produtivos dos atores agrícolas familiares, camponeses e indígenas. O gráfico 1 mostra a orientação (a favor ou contra) das ações estatais em relação às reivindicações de direitos de terra dos movimentos sociais rurais nas regiões da Argentina.

Gráfico 1. Ações estatais (a favor e contra) sobre a questão fundiária em 2021 por região da Argentina



Fonte: Elaborado pelos autores com base em uma pesquisa realizada no âmbito do Projeto Movimentos Socioterritoriais em Perspectiva Comparativa (CAPES-UNESP) e do Projeto PICT/20-00050 (Agência Nacional para a Promoção da Pesquisa na Argentina).

O noroeste da Argentina (NOA) e a Patagônia apresentam as maiores porcentagens de ações estatais contra os movimentos, 28% e 67% respectivamente. Em outras palavras, nas províncias que compõem estas regiões, há uma prevalência de ações que envolvem a violação de direitos pelo poder executivo (nacional ou provincial) e pelas forças públicas (por exemplo, repressão de protestos, detenções arbitrárias e criminalização de líderes de MSR), também como ações legais e legislativas que contrastam com os interesses dos movimentos sociais rurais. Estes dados confirmam que ambas regiões têm os mais altos níveis de conflito sobre o acesso à terra, posse e distribuição. Por outro lado, em ambas regiões as ações estatais em favor dos movimentos sociais rurais, têm como objetivo fornecer assistência técnica (por

exemplo, treinamento) e assistência financeira para consolidar a propriedade da terra através do fortalecimento dos sistemas produtivos.

A pesquisa de notícias revelou inúmeras situações de funcionários estatais anunciando créditos ou contribuições monetárias não reembolsáveis para aquelas famílias dedicadas à criação de bovinos, caprinos, ovinos, aves, animais de criação e cavalos. Também encontramos notícias que tendem a fortalecer as ações dos produtores que se dedicam à produção de hortas familiares para venda e autoconsumo. Deve-se notar que a assistência financeira não se limitou à produção agrícola, mas também teve como objetivo promover a produção artesanal (tecelagem, teares, tapetes, colchas de lã de ovelha) realizada e comercializada por mulheres rurais.

Outro tipo de ações estatais relevantes é aquele que envolve a participação de instituições estatais e movimentos sociais rurais na concepção e avaliação de políticas públicas; também na implementação de articulações interinstitucionais. Sob esta modalidade de ações, é notável que as demandas por "acesso" ou "reconhecimento" de direitos parecem estar ligadas a outras questões da agenda de 2030, tais como "Fome e Soberania Alimentar" e "Habitat e Habitação". Estes incluem a assinatura de acordos entre agências nacionais como o INAI com governos provinciais e comunidades indígenas para a execução de pesquisas territoriais; ou acordos entre agências nacionais e municípios para promover hortas agroecológicas. Também registramos a promoção de fóruns de articulação, reuniões interministeriais ou a geração de espaços público-privados para a promoção de políticas públicas.

Em menor grau, as ações legislativas são outra das modalidades recorrentes nas quais as instituições estatais intervêm com respeito ao direito à terra. Da pesquisa, distinguimos aquelas iniciativas legislativas que foram desenvolvidas em favor dos interesses e exigências do MSR, como o tratamento do PROCREAR Rural na Câmara dos Deputados ou a sanção na Câmara dos Senadores da extensão da lei nacional N° 26.160, que suspende os despejos das comunidades nativas e ordenou uma pesquisa dessas comunidades em todo o país. Nesta linha também encontramos notícias que promovem políticas públicas relacionadas à

produção agroecológica, como a apresentação da Lei de Promoção da Agroecologia na Câmara Nacional de Deputados. Com relação às ações legislativas contra interesses como a aprovação de despejos de povos indígenas nas províncias da região NOA, também encontramos notícias que promovem políticas públicas relacionadas à produção agroecológica, como a apresentação da Lei de Promoção da Agroecologia na Câmara Nacional de Deputados.

Finalmente, as ações legais em favor das demandas dos movimentos sociais rurais visavam deter o desmatamento ilegal em áreas protegidas habitadas por comunidades camponesas e indígenas, bem como deter a venda de terras demarcadas como territórios indígenas e os despejos de essas comunidades em face dos processos de apropriação de terras. Com relação a esta última situação, uma decisão emblemática em 2022 foi a suspensão do processo judicial contra a comunidade Mapuche de Villa La Angostura. O lado negativo desses procedimentos foram várias reclamações destinadas a apelar destas decisões favoráveis, assim como a abertura de novos processos judiciais relacionados a acusações ou processos de líderes de comunidades camponesas e indígenas que defendem seu direito à terra.

5 Considerações finais

Destacamos o potencial da pesquisa em termos de análise multi e trans escalar, a fim de dar conta da natureza processual e multidimensional do território. O interessante neste tipo de análise são as múltiplas escalas apresentadas nas notícias. Desta forma, encontramos exemplos de ações tanto dos movimentos sociais rurais quanto do Estado, em nível nacional, regional, provincial e local. Ao mesmo tempo, observamos como os noticiários marcam um mapa de ações onde os movimentos e o estado se sobrepõem, se contradizem, se opõem ou se refutam mutuamente, ou simplesmente se complementam.

A decisão de centrar a análise nas ações dos movimentos sociais rurais em relação à posse da terra é uma forma de explorar as (re)configurações da questão agrária na Argentina, ou seja, as questões

que emergem em torno da produção agrícola no âmbito da economia nacional e do poder estatal (Azcuay Ameghino, 2016). Os dados aqui apresentados mostram que a demanda histórica dos camponeses pelo direito à terra está associada a outras reivindicações, como a soberania alimentar e o respeito à diversidade étnica. Da mesma forma, a abordagem concomitante das ações dos movimentos e das instituições estatais implica reconhecer a sobreposição, sobreposição e tensão entre as estratégias políticas implementadas de baixo para cima e de cima para baixo na (re)produção do território (Halvorsen, 2020).

Uma questão que nos impressiona na análise das ações é que os movimentos sociais rurais desenvolvem ações relacionadas à posse da terra e à consolidação de seus direitos, seja por meio de protestos ou de ações judiciais. Por outro lado, predominam ações estatais relacionadas ao fortalecimento do sistema produtivo, capacitação e assistência técnica, mas não há evidências de ações voltadas para a reversão das desigualdades na distribuição de terras em favor de camponeses e comunidades indígenas. Embora a retórica dos representantes ou funcionários do Estado esteja subjacente à importância do acesso à terra como condição para abordar outras questões estabelecidas nas ODS da agenda 2030, como a luta contra a fome, a promoção da agroecologia e a redução das desigualdades, as iniciativas concretas exigidas pelos movimentos sociais rurais, como a Lei de Acesso à Terra, não foram abordadas.

Outra questão que apontamos é que muitas das notícias mostram uma falta de articulação entre órgãos estatais, uma falta de complementaridade ou de trabalho articulado entre instituições estatais. Neste sentido, argumentamos que, para aprofundar a análise dos modelos de desenvolvimento e projetos políticos que se expressam nas ações contraditórias e ambíguas das instituições estatais e movimentos sociais rurais, seria conveniente identificar e compreender o desenvolvimento dos conflitos territoriais nos quais estão envolvidos. Uma das potencialidades da coleta e processamento diário de notícias reside na possibilidade de reconstruir a trajetória desses conflitos territoriais.

Finalmente, deve-se notar que uma contribuição deste tipo de estudo é a sinergia com outros grupos de pesquisa e a construção de informações de primeira mão, especialmente em tempos de pandemia. A metodologia utilizada facilitou o acesso a este tipo de fonte de informação. O processamento e a análise permitem a comunicação dos resultados (gráficos, mapas, tabelas) em diferentes espaços acadêmicos e não acadêmicos.

Em termos dos desafios que emergem deste tipo de estudo, podemos destacar, em primeiro lugar, a necessidade de complementar a construção da cartografia e o processamento estatístico com estudos de abordagens qualitativas, como histórias de vida ou análise de casos, a fim de não perder a voz dos atores. Ao mesmo tempo, consideramos valioso avançar na construção de cartografias onde as informações resultantes desta pesquisa são combinadas e expressas com outros bancos de dados em diferentes escalas. Finalmente, nos perguntamos que dimensões são (in)visíveis nas notícias que recebemos, e como pensamos em critérios para comparar realidades rurais tão heterogêneas e diversas, bem como diferenciar entre diferentes assuntos da mesma categoria (por exemplo, a agricultura familiar). Isto exige que estejamos constantemente vigilantes sobre as categorias de análise, os critérios de classificação das ações e as comparações que delas decorrem.

Referências

AZCUY AMEGHINO, Eduardo; FERNÁNDEZ, Diego. El Censo Nacional Agropecuario de 2018. Visión general y aproximación a la región Pampeana. **Revista Interdisciplinaria de Estudios Agrarios**, n. 51, p. 5-36, 2021.

AZCUY AMEGHINO, Eduardo. La cuestión agraria en Argentina Caracterización, problemas y propuestas. **Revista Interdisciplinaria de Estudios Agrarios**, n. 45, p.5-50, 2016.

BIDASECA, Karina; GIGENA, Andrea; GÓMEZ, Florencia; WEINSTOCK, Ana; OYHARZÁBAL, Enrique; OTA, Daniel. **Relevamiento y sistematización de problemas de tierra de los agricultores familiares en la Argentina**. Buenos Aires: MAGyP, PROINDER, 2013.

COWAN ROS, Carlos. Estatalidades, políticas públicas y movimientos sociales em su configuración interdependiente: una perspectiva analítica. **Revista Científica Contested Cities - Série Working Papers**, 2016.

FERNANDES, Bernardo. Movimentos campestinos en América Latina. In: **OXFORD Research Encyclopedia of Politics**. Oxford: Oxford University Press, 2020.

FERNANDES, Bernardo. Entrando nos territórios do Território. In: TOMISAI PAULINO, Eliane; FABRINI, João. **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008, p. 273-302.

FERNANDES, Bernardo. Movimientos socioterritoriales y movimientos socioespaciales. Contribución teórica para una lectura geográfica de los movimientos sociales. **Revista OSAL**, v. 16, p. 273 – 284, 2005.

FRANZÉ MUNDANÓ, Adela. Perspectivas antropológicas e etnográficas sobre políticas públicas. **Revista de Antropología Social**, 22, p. 9-23, 2013.

GIL GÓMEZ, C. Objetivos de Desarrollo Sostenible (ODS): una revisión crítica. **Papeles sobre relaciones ecosociales y cambio global**, n. 140, p. 107-118, 2018.

GONZÁLEZ, Sara. La geografía escalar del capitalismo actual. **Pegada - A Revista Da Geografia Do Trabalho**, v. 6, n. 1, p. 91-112, 2005.

HALVORSEN, Sam. El Territorio en disputa: estrategias políticas y movimientos socioterritoriales. **Revista Punto Sur**, n. 3, p. 131-152, 2020.

HALVORSEN, Sam; FERNANDES, Bernardo; TORRES, Fernanda. Mobilizing Territory: Socioterritorial Movements in Comparative Perspective. **Annals of the American Association of Geographers**, v. 109, p. 1454-1470, 2019.

JELIM, Elizabeth. A escala de ação dos movimentos sociais. In: JELIM, Elizatbeh. **Más allá de la nación las escalas múltiples de los movimientos sociales**. Buenos Aires: El Zorzal, 2003 p.25-59.

JULCA GONZA, Lisbet; JARA, Cristián; FONZO BOLAÑEZ, Claudia; SEATONE, Julieta; OLIVARES, Joaquín. Estrategias de los movimientos socioterritoriales rurales en Argentina en torno al acceso y control desigual de la tierra en contexto de pandemia de Covid-19. In: CONFERENCIA LATINOAMERICA Y CARIBÑA DE CIENCIAS SOCIALES, 9, 2020, México. **Tramas e Desigualdades**. Ciudad Autónoma de México: CLACSO, 2020.

LEFEBVRE, Henri. **A produção de espaço**. Cambridge: Blackwell Publishers, 1991.

NAÇÕES UNIDAS. Assembléia Geral. **Resolução 70/1**. Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Nova York (US): ONU, 2015.

OSZLAK, Oscar; O' DONNELL, Guillermo. (2011). Estado y políticas estatales en América Latina: hacia una estrategia de investigación. In: **Lecturas sobre el Estado y las políticas públicas**: retomando el debate de ayer para fortalecer el actual. Buenos Aires: Jefatura de Gabinete de Ministros de la Nación, 2011. p. 555-584.

PAZ, Raúl; JARA, Cristián. Danzar en el tiempo: transformaciones agrarias y persistencia campesina en Argentina. **European Review of Latin American and Caribbean Studies**, n. 110, p. 21-38, 2020.

RUBIO VEGA, Blanca. El movimiento campesino em América Latina durante la transición capitalista, 2008- 2016. **Revista de Ciencias Sociales**, n.31, p.15-38, 2017.

SANTOS, Milton. O lugar: encontrando o futuro. **RUA: Revista de Urbanismo e Arquitetura**, v. 4, n. 1, p. 34-39, 1996.

SOVERNA, Susana. Sobre la ocupación, distribución y tenencia de la tierra en el Censo Nacional Agropecuario 2018. In: SOVERNA, Susana. **La Argentina agropecuaria vista desde las provincias: un análisis de los resultados preliminares del CNA 2018**. Buenos Aires: IADE, 2021, p. 406-416.

TIERRA VIVA. Acceso a la tierra para pequeños productores en las manos del Congreso. **Portal de Noticias Terra Viva**. 2021. Disponível em: <https://agenciaterraviva.com.ar/el-acceso-a-la-tierra-para-los-pequenos-productores-en-manos-del-congreso/>. Acesso em: 18 nov. 2021.

Sobre os autores

Andrea Geanina Gómez Herrera

Graduada em Sociologia pela Universidad Nacional de Santiago del Estero (UNSE). Doutora em Sociologia pela Universidad de Buenos Aires (UBA). Professora da UNSE e Universidad Nacional del Chaco Austral (UNCAUS). Membro do Instituto de Estudios para el Desarrollo Social (INDES). Email: andrea90@gmail.com

Cristian Emmanuel Jara

Graduado em Relações Internacionais pela Universidad Católica de Santiago del Estero (UCSE). Mestre em Estudos Sociais para a América Latina pela Universidade Nacional de Santiago del Estero (UNSE). Doutor em Humanidades pela Universidad Nacional de Tucumán. Professor da UNSE. Membro do Instituto de Estudios para el Desarrollo Social (INDES). Email: cristianjara_cl@hotmail.com

Marta Elena Gutierrez

Graduada em Sociologia pela Universidad Nacional de Santiago del Estero (UNSE). Mestre em Desenvolvimento Local pela Universidade Nacional de San Martín (UNSAN). Doutora em Humanidades pela Universidad Nacional de Tucumán. Professora da UNSE. Membro do Instituto de Estudios para el Desarrollo Social (INDES). Email: martaegutierrez@hotmail.com

Histórico

Recebido em: 03/02/2023. Aceito em: 10/05/2023. Publicado em: 01/10/2023.